

## **2. Liberdade de expressão, a base do jornalismo moderno**

Neste capítulo procurou-se estudar a evolução do jornalismo moderno, desde o primeiro ato visando a proteger a liberdade de expressão na imprensa, verificado no Século XVIII, na Suécia, e a universalização desse princípio à partir das Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França.

Observou-se o fortalecimento da informação imparcial, objetiva e independente, no Século XIX, quando os jornalistas resolveram abandonar a propaganda política para embasar as notícias com mais fatos e menos opiniões; e o impacto tecnológico na aceleração do fechamento das edições, que produziu um outro princípio jornalístico, o imediatismo.

Com a invenção da máquina fotográfica e a profissionalização dos jornalistas surgiram outros valores, como a busca da verdade e, com o fenômeno da globalização, a luta pela exclusividade na informação.

Pesquisou-se a deontologia profissional e a maneira como os jornalistas lidam com dois fortes conceitos difundidos na sociedade sobre a profissão: o primeiro, de que são contadores de história – o que repudiam -, e o segundo, o de que o Jornalismo é o Quarto Poder da República – o que é bem aceito.

### **2.1. Os princípios da profissão**

A primeira lei que visava a proteger a liberdade de expressão na imprensa<sup>3</sup> surgiu em 1766, na Suécia. Na França, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em agosto de 1789, traria explícita, no artigo 11, a garantia legal de liberdade de expressão: “A livre circulação de pensamento e opinião é um dos direitos mais preciosos do homem. Todos podem portanto falar, escrever e publicar, livremente, exceto quando forem

---

<sup>3</sup> Acessível em <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianomundo/historiadojornal.pdf>. Acessado em 20/02/2014. Acessado em 20/02/2014.

responsáveis pelo abuso dessa liberdade em casos determinados por lei”.<sup>4</sup>

Para o tema, Voltaire (François Marie Arouet, 1694-1778), escritor e filósofo francês, firmaria três conceitos - a tolerância, a autoridade da lei e a liberdade de opinião. O escritor americano Nelson Traquina (2005, p.46) diz que Voltaire resumiu assim a essência de seu pensamento: “Posso ser contra aquilo que tu dizes, mas bater-me-ei até a morte para que o possas dizer”.

O jornalismo moderno começou a tomar forma no século seguinte à Declaração dos Direitos do Homem e à morte de Voltaire. No Século XIX, houve um aumento na quantidade de jornais e a informação objetiva e independente ganhou força. Os jornalistas abandonaram a propaganda política, para embasar as notícias com mais fatos e menos opiniões, primeiramente na Inglaterra e nos Estados Unidos, países nos quais o jornalismo apareceu “como campo de produção discursiva especializado e cada vez mais autônomo”, segundo Jean Chalaby (1996, p.304).

A publicidade e a venda avulsa, que tornaram-se a principal fonte de renda dos jornais americanos, garantiram uma autonomia aos veículos noticiosos. De acordo com Traquina (2005, p.35), a “notícia como mercadoria provocou o surgimento de uma imprensa mais sensacionalista” e, com as facilidades obtidas com a rápida evolução da tecnologia<sup>5</sup>, houve uma corrida pelo aumento na tiragem dos jornais<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Acessível em: <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/la-constitution-du-4-octobre-1958/declaration-des-droits-de-l-homme-et-du-citoyen-de-1789.5076.html>. Acessado em 20/02/2014.

<sup>5</sup> Em 1439, quando Gutenberg inventou uma nova tecnologia de impressão de tipos móveis, era possível imprimir 50 páginas/hora; em 1814, com a invenção dos prelos com cilindros, por Koenig, 1.100 páginas/hora; e em 1871, com as rotativas de Marinoni, 95 mil páginas/hora. Em 1861, foi descoberta a fotogravura e, em 1905, a heliogravura; e a evolução na transmissão da informação se deu com o telégrafo, em 1844, e com o telégrafo por cabo, em 1866, “o que tornaria o jornalismo cada vez mais global e mais ligado a atualidade”. (TRAQUINA, 2005, p.38)

<sup>6</sup> A tiragem de jornais franceses passou de 34 mil, em 1815, para 1 milhão, em 1880, e 9,5 milhões, em 1914. Nos EUA, a população aumentou 33%, de 1830 a 1840, e a circulação de jornais cresceu 187%. (SCHILLER, 1979, p.49)

No Brasil, o primeiro jornal a circular de forma periódica foi o “Correio Braziliense”, a partir de 1 de junho de 1808 - impresso e editado em Londres, por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça. Mas a liberdade de imprensa só apareceria normatizada no país com a Constituição outorgada por D. Pedro I, em 1824 - ainda assim de forma restrita.

O jornalismo francês, que ficou mais tempo atrelado aos antigos padrões, era o que influenciava a imprensa brasileira, no fim do Século XIX e início do Século XX. Àquela época, nossos jornais estavam identificados pelas tendências e ideologias que representavam: republicanas, monarquistas ou abolicionistas (SODRÉ, 1977, BARBOSA, 2007, apud LOPES, 2012). O modelo americano, marcado pela objetividade, passou a influenciar os jornais brasileiros apenas na década de 1950, quando as velhas práticas jornalísticas começaram a ser eliminadas das redações.

No mundo, a globalização da informação já começara na primeira metade do Século XIX<sup>7</sup>, através das agências de notícias – e veio a originar um dos mais importantes princípios jornalísticos modernos:

A identificação do jornalismo com a atualidade seria atingida e a obsessão dos jornalistas com a obrigação de fornecer as últimas notícias, de preferência em primeira mão e com exclusividade, tornar-se-á um marco fundamental da identidade jornalística. (TRAQUINA, 2005, p. 38)

O impacto tecnológico que marcou o jornalismo a partir do Século XIX aumentou cada vez mais a pressão pela antecipação no fechamento das edições e produziu outro importante princípio jornalístico: o imediatismo, que, na segunda metade do Século XX, chegaria ao auge, com as transmissões ao vivo.

A invenção da fotografia no início do Século XIX e, depois, da máquina fotográfica “iriam inspirar os jornalistas no objetivo de ser as lentes da sociedade, reproduzindo *ipsis verbis* a realidade” (idem, p.38). Estudos e pesquisas posteriores acerca do trabalho jornalístico, no entanto, vieram contrapor essa visão com outra: a de que os jornalistas participam da construção da realidade que procuram transmitir.

---

<sup>7</sup> As linhas telegráficas ligaram a Europa aos Estados Unidos, nos anos 1850, e a Europa à China e a América do Sul ao Japão, duas décadas depois. (RANTANEN, 1997, p.608)

## 2.2. Em busca da verdade

Um dos pilares da profissão, a busca da verdade, está presente no discurso e nos manuais de jornalismo, em todas as partes do mundo. Com a profissionalização dos jornalistas, foram estabelecidos ainda outros valores além da verdade, como a objetividade e a independência, conforme aponta Traquina (2004, p.147,149):

A teoria do espelho, a primeira oferecida para explicar porque as notícias são como são... responde que é porque a realidade assim as determina... as notícias são um produto centrado no referente, onde a invenção e a mentira são violações das mais elementares regras jornalísticas. Assim, o referente, ou seja, a realidade, não pode deixar de ser um fator determinante do conteúdo noticioso.

No capítulo “A verdade: o primeiro e mais confuso princípio”, no livro “Os Elementos do Jornalismo”, Bill Kovach e Tom Rosentiel (2004, p.61) afirmam que, entre os mais importantes valores e princípios que devem nortear a difusão de informação, está em destaque o de que a primeira obrigação do jornalismo é com a verdade: “Em longas entrevistas com nossos colegas acadêmicos, velhos e novos jornalistas foram unânimes em dizer que a verdade é a missão primordial da profissão”. (idem, 2004, p. 61).

Nessa pesquisa sobre valores básicos da profissão, feita com jornalistas americanos, denominada “*Striking the balance*”, Kovach e Rosentiel constataram que

oito entre dez jornalistas que trabalhavam em empresas nacionais e sete entre dez que trabalhavam em empresas locais disseram acreditar na existência de um relato verdadeiro e exato de um fato. A mesma resposta veio de jornalistas da internet, onde sete entre dez acreditam que tal relato veraz e correto é possível. Sete entre dez jornalistas nacionais e locais têm confiança de que podem desenvolver um método profissional para cobrir os fatos de uma forma desinteressada e justa - quase a mesma proporção, seis entre dez, dos profissionais da nova mídia. Ainda assim, vemos um notável ceticismo: quase um quarto dos jornalistas de todos os tipos no país têm dúvidas sobre se essa disciplina profissional é prática. (idem, p.76)

Os autores relatam que a resposta convencional do que chamam de “imprensa séria” à cultura das novas mídias tem sido a de que a função delas é dar mais contexto e interpretação às notícias. E advertem ser

um erro passar ao estágio interpretativo antes de apurar o que de fato aconteceu. Em lugar de correr para acrescentar contexto e interpretação, a imprensa precisa se concentrar na síntese e na verificação. (...) Verificação e síntese se tornam a espinha dorsal do novo papel de guardião do jornalismo. (...) A verdade jornalística é muito mais do que simples precisão. (...) Em lugar de defender técnicas e métodos para encontrar a verdade, os jornalistas negam a existência desses recursos (ibidem, p.76,77)

A busca de tais recursos, de certa forma desprezados pela maioria dos jornalistas, estão presentes em outras atividades intelectuais concernentes, que também têm na pesquisa um dos seus elementos fundamentais de busca da verdade. E delas o jornalismo pode tirar lições, exemplos e práticas de atuação. A etnografia, por exemplo.

Yves Winkin (1998, p.130) destacou entre os processos revolucionários sofridos pela etnografia - ferramenta preciosa de pesquisa, pouco usada pelos jornalistas - o adotado pelo antropólogo polonês Bronislaw Malinowski que, entre 1915 e 1920, abandonou a prática dos etnógrafos da época, de pedir a missionários e viajantes que preenchessem questionários com perguntas sobre os povos e regiões que visitavam, e partiu ele mesmo para o campo, a fim de coletar os dados que o interessavam.

A antiga prática científica de um século atrás, descartada por Bronislaw, é um comportamento ainda hoje observado em várias situações de investigação jornalística, qual seja a de pesquisar ou obter-se informações sobre determinada pessoa, grupos ou assunto, através de terceiros e distante do fato e do cenário - ou seja, a prática de delegar a outros a apuração de um fato, abrindo mão de uma maior precisão do ver com os próprios olhos e descrever com as próprias palavras.

Essas dificuldades, esclarece Traquina (2004, p.182), muitas vezes vêm de uma “inegável existência de grandes buracos na rede noticiosa. A principal razão é a extrema concentração dos recursos das empresas jornalísticas, em termos de territorialidade geográfica”. As empresas, para economizar recursos, concentram a atuação nas capitais ou nas localidades em que têm sede ou filiais, relegando a um segundo plano os esforços e os gastos com coberturas de fatos que consideram acontecer em regiões longínquas.

As organizações jornalísticas instigam uma apuração à distância por seus repórteres também devido às pressões imposta pelo tempo, o chamado *dead line* jornalístico, momento em que o jornalista deve encerrar as apurações e entregar o material para publicação: “Tal como se espera que acontecimentos julgados valor notícia ocorram nalguns locais institucionais, mas não noutros, também se espera que os acontecimentos com valor notícia se concentrem durante as horas normais de trabalho.” (idem. p.183)

Nas práticas da investigação jornalísticas, aponta Winkin, devem estar presentes a observação sistematizável, que ajuda a controlar o olhar; a transcrição do observado, em mapas espaciais e temporais; a definição de fronteiras; e a sistematização de procedimentos que originam-se na prática etnográfica: “Pode-se dizer que tudo o que descrevi qualquer jornalista seria capaz de fazer. E é verdade que muitas investigações jornalísticas se parecem muito, afora alguns matizes, com pesquisas etnográficas”. (ibidem, p.133)

Uma exigência dentre os procedimentos etnográficos que Winkin apresenta é a obrigação constante de fazer ida-e-volta entre a prática que se vive e a teoria que se deve ler paralelamente, mas esse comportamento ele não conseguiu observar no jornalismo: “O matiz é que os jornalistas etnográficos, se pudermos chamá-los assim, não se impõem uma relação constante com a teoria”. (ibidem, p.135) A importância desse casamento prática-teoria “é, antes de tudo, porque a teoria vai levar a ver mais e mais longe. Não é preciso encher-se de teorias para produzir esse efeito”. Winkin diz que um exemplo preciso do que afirma está na obra de Erving Goffman, sociólogo e antropólogo formado na Universidade de Chicago, entre 1945 e 1953:

Vocês lêem ‘Os Ritos de Interação’ (1967, 1974); observam ali uma noção precisa e, com essa ideia, voltam ao trabalho de campo. Assim, Goffman falou muitas vezes do envolvimento (*involvement*). Para ele, a partir do momento em que estamos num lugar que não sozinhos em nosso banheiro, a partir do momento em que estamos em copresença física, sob o olhar possível de alguém, ou se pensamos estar sob o olhar de alguém, sentimo-nos na obrigação de nos projetar no espaço constituído pela pessoa e por nós mesmos. E esse envolvimento vai fazer com que tenhamos certos comportamentos de ordem privada e que tenhamos outros, julgados admissíveis em público. Manteremos o que Goffman chama de fachada. (...) Que tipo de envolvimento terão os atores presentes, que postura física, que tensão nos ombros, que posição das mãos, que cruzamento de pernas? (...) Goffman dá muitos exemplos dessa etologia interacional. (...) De seus trabalhos de campo, extraiu múltiplos pequenos exemplos que informaram as suas contribuições teóricas. Cabe aos seus leitores fazer o caminho inverso, tornar a partir dessas últimas para voltar ao campo, ao mesmo tempo para conseguir ver mais e mais longe, mas também, eventualmente, para testá-las e para definir seu alcance heurístico. (ibidem, p.136)

Das lições etnográficas de Winkin, uma se destaca, para o mundo jornalístico: o diário. E discorre sobre as funções do diário, que ajudam o pesquisador (aqui, poderíamos substituir por repórter) a administrar, simultaneamente, observações, leituras, reflexões e frustrações: “Seu instrumento de pesquisa essencial é o diário... mantido com muita regularidade, com uma disciplina que acaba tornando-se tão natural quanto um viciado *em jogging*, que não consegue dispensá-lo.” (ibidem, p.138)

O diário terá mais duas funções fundamentais: a empírica, em que tudo será anotado, “de maneira descabelada” e, num segundo momento, vão recorrer a um procedimento mais analítico, que exige menos esforço e se torna mais eficaz; e a reflexiva analítica, de releitura e anotações. Aos poucos vão surgir regularidades, “recorrências comportamentais, que nos levam a falar em termos de regras, quando não em termos de códigos”. (ibidem, p.138) No texto final, essas recorrências serão retomadas para enunciados de natureza generalizante.

Depois das observações, as entrevistas. Mas “não porque você está fazendo um estudo sobre a vida social de um bar que você tem de ser garçon de bar. É preciso simplesmente estar ali.” (ibidem, p.133) Só depois dessa ambientação, é que são feitas as entrevistas. Das ações condenadas por Winkin, uma é recorrente na etapa investigativa do jornalismo, a observação escondida – uma prática amplamente condenada nos meios jurídicos e sempre desconsiderada, por inconstitucional, como prova judicial:

Também não use nunca um disfarce, um papel, pensando: seria melhor se eu fingisse ser um professor de natação, um sacristão na igreja... não. Negociem seus estatutos com os outros, obriguem-se a estar dentro, a jogar o jogo, a não enganar os membros ‘naturais’ do lugar. Esse é ao mesmo tempo um problema metodológico e um problema deontológico. Não se brinca com as pessoas. Ponto final.” (ibidem, p.140)

Depois das releituras sucessivas das anotações no diário, é hora de escrever, afirma Winkin. O ato de escrever ganhou importância a partir dos anos 80, no processo de pesquisa antropológica. A revolução textualista mudou a ideia de que “os dados falam por si mesmo para a de que o texto facilita ou não o modo de apreensão da pesquisa”. Até aquela época, ao se fazer etnografia,

ainda se podia acreditar que os dados tinham uma tal força que falavam por si mesmos; o leitor tinha apenas que se deixar levar pela corrente. Hoje, reconhece-se que a capacidade ou a incapacidade de escrever pode modificar radicalmente a percepção da realidade do trabalho realizado. O treinamento para a escritura começa, assim, a fazer parte integrante da formação antropológica... Aprende-se a escritura pela leitura, pela imitação, pela prática – por sua transformação em *habitus*.” (ibidem, p.143)

Walter Ong (1998, p.93), para nos ajudar a compreender melhor o mundo da escrita, ao qual ele chama de “novo”, define os seres humanos funcionalmente letrados, como aqueles “cujos processos de pensamento não nascem de capacidades meramente naturais, mas da estruturação dessas capacidades, direta ou indiretamente, pela tecnologia da escrita... A escrita transformou a consciência humana.”

As palavras escritas refinam a análise, pois se exige mais das palavras individualmente. Para nos fazermos entender sem gestos, sem expressão facial, sem entoação, sem um ouvinte real, temos de prever cuidadosamente todos os significados possíveis que uma afirmação possa ter para qualquer leitor possível, em qualquer situação possível, e temos de fazer com que nossa linguagem funcione de modo a se tornar clara apenas por si, sem nenhum contexto existencial. A necessidade de cuidado excepcional transforma a escrita no trabalho angustiante que geralmente é. (idem, p.120)

No jornalismo, tal qual na etnografia ou em qualquer outro meio em que se difunde informações pela escrita, o que ali se põe se eterniza como verdade, pelo menos como a verdade do autor. O autor de um texto poderá ser questionado apenas se houver acesso a ele: “Não existe um meio de refutar diretamente um texto. Depois de uma refutação total e devastadora, ele diz exatamente a mesma coisa que antes. Esse é um dos motivos pelos quais ‘diz o livro’ é o equivalente popular de ‘é verdade’.” (ibidem, p.94).

### **2.3. Contadores de histórias**

Se, para Ong, o domínio das técnicas da escrita são vitais ao pleno entendimento do texto, para Neil Postman (1994, p.129) é preciso estar atento à tendência que se tem de “supor que todos veem o mundo da mesma maneira, sem levar em consideração diferenças de linguagem... de ideologias linguísticas, que só se tornam perceptíveis para alguém que tenha domínio de duas línguas, que diferem em sua estrutura e história.” Postman reafirma a presença de ideologia na linguagem: “como qualquer outra maquinaria importante – a televisão ou o computador, por exemplo – a linguagem tem uma agenda ideológica que é propensa a se esconder da visão.” (idem, p.130) E destaca que Ferdinand de Saussure (1857-1913), o pai da linguística moderna, chamara a atenção para a tendência predominante, até mesmo entre estudiosos, de pensar a escrita como forma básica de linguagem. A escrita, observou, “possui ao mesmo tempo... utilidade... defeitos e perigos” (ibidem, p.13).

Postman (1994, p.130) considera que o grande segredo da língua é o fato de que como “vem de dentro de nós, acreditamos que ela seja uma expressão direta, não editada, sem preconceitos e apolítica de como o mundo é de fato”.

A grande maioria dos jornalistas, como mostramos em citações anteriores, acreditará sempre que o que escreve tem as virtudes que Postman elenca como sendo o segredo da língua. Stuart Hall (1984, p.4, apud TRAQUINA, 2004, p.170), observa: “Os jornalistas dizem: ‘Há um acontecimento; quer dizer alguma coisa. (...) Escrevemos um relato sobre ele. Transmitimo-lo tão autenticamente quanto possível’.” E Traquina destaca a forma eloquente com que Itzhak Roeh resume a aversão dos jornalistas ao conceito de notícia como construção:

O fenômeno mais impressionante no jornalismo ocidental, tanto na prática como na teoria, é a fé metafísica obstinada e conservadora de que a linguagem é transparente. Ou, de outra forma: o erro assenta na recusa dos jornalistas, mas também dos estudantes de jornalismo, em situar a profissão onde esta pertence, isto é, no contexto da expressão humana da atividade expressiva. É a recusa em lidar com a escrita das notícias por aquilo que é na sua essência – contar *estórias*... Apesar de desanimador, este é um dogma de fé universal. Perguntem a um jornalista e ele dir-vos-á resolutamente: esta profissão não é contar *estórias*. (ROEH, 1989, p. 162, apud TRAQUINA, 2004, p. 170)

Elizabeth Bird e Robert Dardenne (apud TRAQUINA, 1993, p.264), em “Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias”, alertam que “tal como as notícias, a história e a antropologia narram acontecimentos reais e seus profissionais estão a descobrir que, para compreender as suas narrativas, têm de analisar como são construídas, incluindo mecanismos de contar *estória*”.

Para grande parte dos pesquisadores do jornalismo, a mais antiga entre as teorias do jornalismo, a Teoria do Espelho, já não se sustenta:

Se, para o senso comum da comunidade interpretativa dos jornalistas, as notícias são relatos verdadeiros de fatos significativos, para os teóricos do *newsmaking*, não é mais possível entender a informação jornalística como mero reflexo do real, um “espelho” que reflete fielmente o que se dá a ver. (AGUIAR, 2007)

As teorias construtivistas do jornalismo, aponta Traquina (2004, p.168), “argumentam que é impossível estabelecer uma distinção radical entre realidade e os *media* noticiosos que devem refletir essa realidade, porque as notícias ajudam a construir a própria realidade”. Os construtivistas consideram os jornalistas ao mesmo tempo espectadores, atores e divulgadores dos fatos do mundo noticiável. Traquina reproduz os conceitos de Bird e Dardenne (1988/1993, p.265, apud TRAQUINA, 2004, p.169): “Considerar as notícias como narrativas não nega o valor de as considerar como correspondentes da realidade exterior”; e de Gaye Tuchman (1976/1993, p. 262, apud TRAQUINA, 2004, p. 169): “Dizer que uma notícia é uma *estória* não é rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora de validade interna própria.”

#### **2.4. O quarto poder**

Não apenas a aplicação da boa técnica e o comportamento ético nas práticas de busca da informação orientam os esforços dos órgãos e instituições jornalísticas na formatação e regulação de normas à atuação dos jornalistas nas relações com a comunidade, com as fontes de informação e entre os próprios profissionais de imprensa. Para traçar diretrizes, o Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 1985, estabeleceu um Código de Ética dos Jornalistas. O Código determina expressamente o que os profissionais da categoria podem e não podem fazer, as penalidades a que estão sujeitos no caso de infração às normas e, nos incisos do artigo 9º., lista os deveres do jornalista:

Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público; lutar pela liberdade de pensamento e expressão; defender o livre exercício da profissão; valorizar, honrar e dignificar a profissão; opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem; combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação; respeitar o direito à privacidade do cidadão; e prestigiar as entidades representativas e democráticas da categoria.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Acessível em: [http://www.abi.org.br/pagina\\_individual.asp?id=450](http://www.abi.org.br/pagina_individual.asp?id=450). Acessado em 08/12/2012

O papel da imprensa dever ser o de atuar como um elo indispensável entre a opinião pública e as instituições governantes, aponta George Boyce (1978, p.21). E para Lenore O'Boyle (1968, p.296) a liberdade de imprensa é “não só uma liberdade, mas também um poder, na medida em que a imprensa deve equilibrar os outros poderes na sociedade”.

Daniel Boorstein (1971, p.124, apud TRAQUINA, 2005, p.46) afirma ter sido em 1828 que surgiu a expressão “quarto poder”, em referência à imprensa. Um deputado do parlamento inglês, McCaulay, apontou para a galeria onde estavam sentados os jornalistas e gritou: “*Fourth Estate!*” ou quarto poder, em português. Traquina (2005, p.46) afirma que McCaulay fazia menção ao quarto *état* (termo francês para *estate* ou poder), tendo como quadro de referência os três *etats* da Revolução Francesa: clero, nobreza e *troisieme etat* - que engloba a burguesia e o povo. No novo enquadramento da democracia, com princípio de “poder controla poder”, a imprensa seria o “quarto” poder em relação aos outros três: executivo, legislativo e judiciário. E assim parece ser até hoje, com o que Traquina (idem, p.206) concorda, com a ressalva de que

este Quarto Poder não é um campo fechado; pode ser mobilizado por movimentos sociais e contestatórios que sabem criar estratégias de comunicação que seduzem numa luta simbólica jogada nas sociedades democráticas, no tabuleiro do xadrez jornalístico. E talvez sejam minimizadas nas vezes em que este “Quarto Poder” atua como um “contra-poder”, compelido pelas forças dos valores dos seus profissionais e de toda uma mitologia que envolve o jornalismo como profissão na teoria democrática.

A identificação da imprensa como representante do povo, exercendo o papel de quarto poder da República, podia ensejar a ideia, em determinado momento, de que à imprensa eram dadas funções de mediação política e social. Porém, o desenvolvimento da imprensa sob a forma de empresa capitalista, a partir da lógica do consumo e da concorrência, apontam para a sua desqualificação progressiva ao exercício de tarefa que exige equilíbrio, responsabilidade e imparcialidade, de acordo com Rodrigo Silva (2008):

A mídia globalizada e economicamente concentrada representa um poder, mas um poder diverso daquele desinteressado, que se mantém apenas como forma de legitimar, mediante um público desagregado e aclamativo, as concepções sociais, econômicas e políticas dos que a controlam.

Sylvia Moretzsohn (2008) aponta que “nada é inocente, a começar pela conceituação de ‘quarto poder’, que subverte o sentido da mediação jornalística e a apresenta como uma espécie de ‘fiel da balança’, escondendo os interesses na seleção e hierarquização da informação”. As notícias tendem a possuir um conteúdo ideológico, que decorre das práticas profissionais, segundo Hall (1978): “As notícias podem ser um produto para a amplificação dos poderes dominantes, para a definição do legítimo e do ilegítimo, do normal e do anormal e para a sustentação do *status quo*”.

Entre os adeptos das teorias da ação política, os noticiários são vistos de uma forma instrumentalista, servindo objetivamente a certos interesses políticos. Traquina (2004, p.48) destaca que essas teorias defendem a posição de que “as notícias são distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos, que utilizam as notícias na projeção da sua visão do mundo, da sociedade”. Em oposição, Lonel Aguiar (2007) aponta que

ao contrapor diferentes teorizações sobre o campo jornalístico, as pesquisas que abordam a parcialidade do jornalismo a partir de conceitos como manipulação ideológica e distorção das notícias não se sustentam. Como não questionam a distinção entre fato e relato, na qual se assenta a “teoria” do espelho, os estudos sobre a ação social das notícias se limitam ao questionamento da ideologia das empresas jornalísticas. O enfoque da manipulação das notícias não só favorece uma perspectiva moral ou psicológica da imparcialidade como também dificulta a compreensão do discurso jornalístico enquanto um processo historicamente situado. Desse modo, o que nos interessa é entender que as notícias são construções discursivas que produzem as condições de possibilidade através das quais a realidade se torna visível e dizível.

A existência de variadas teorias para determinar as práticas jornalísticas em busca da notícia e da definição do que é e como é a notícia pode dar a impressão de um constante e irremediável conflito entre os estudiosos, mas torna-se relevante destacar o entendimento de Traquina (2005, p.146) de que essas teorias não eliminam umas as outras – muitas até se interligam ou se completam.